

Imperialismo e Capitalismo em Schumpeter.

Ligia Maria Osório Silva

Professora do Instituto de Economia - Unicamp

Milena Fernandes de Oliveira

Doutoranda do Instituto de Economia - Unicamp

Reconhecido pelas suas contribuições originais à análise econômica, Schumpeter (1883-1950) é lembrado, sobretudo, pela relação que estabeleceu entre crescimento econômico e inovação tecnológica. Em comparação, os estudos que produziu no campo da sociologia histórica são bem menos conhecidos, apesar da atualidade das questões debatidas. Dentre essas obras, têm lugar de destaque *Imperialismo e classes sociais*¹, dois ensaios escritos por Schumpeter sob a influência da guerra e publicados em 1919 e 1927, respectivamente². Embora classificados pela literatura convencional sob a denominação de estudos sociológicos, uma análise mais detida corrobora a afirmação de Sweezy de que esses estudos não podem ser compreendidos à parte de sua teoria econômica do capitalismo³.

O intuito deste trabalho é resgatar a pouco conhecida teoria do imperialismo de Schumpeter, tendo por base o artigo “Sociologia dos imperialismos”. Sua teoria se apresenta como uma alternativa à teoria econômica do imperialismo tal como fora formulada por Rudolph Hilferding e numa menor medida por Otto Bauer⁴.

Também na sua obra mais difundida *Capitalismo, Socialismo e Democracia*⁵, de 1942, Schumpeter retoma o assunto, porém de modo bem mais sucinto. Na verdade o tema aparece como um comentário à obra do próprio Marx, mas nem a teoria econômica do imperialismo nem a teoria schumpeteriana do imperialismo estão explicitadas. Daí o interesse em voltar à obra de 1919 e rever seus argumentos e os desdobramentos que permitem.

¹ No artigo, trabalhamos com a edição francesa, Joseph Schumpeter, *Imperialisme et classes sociales*. Paris, Flammarion, 1984, que reúne os dois textos mencionados e mais o ensaio “La crise de l’État fiscal”, e com a edição brasileira, Joseph Schumpeter. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.

² O artigo sobre as classes sociais, na verdade, começou a ser esboçado em 1910, com base em uma conferência tendo como tema “O Estado e a sociedade”. Uma versão mais elaborada foi publicada em 1927, incorporando dessa vez as influências que a guerra teve sobre o autor, por ocasião de uma outra conferência em Heildelberg, com o título “Liderança e Formação de Classes”.

³ Utilizamos basicamente, neste artigo, para expressar o seu pensamento dito “econômico”, a obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Introdução de Tom Bottomore. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

⁴ Schumpeter não cita os livros ou artigos que comenta, mas é certo que conhecia o livro de Hilferding, *O Capital Financeiro*, publicado na Áustria e na Alemanha em 1910 (versão brasileira: Rudolph Hilferding. *O Capital Financeiro* (1910). Trad. Brasileira. Col. *Os Economistas*. Nova Cultural, 1985). A obra principal de Bauer é *La question de las nacionalidades y la social democracia*. Trad. Conrado Ceretti, Rodolfo Burlart e Irene Carril. México, Siglo Veinteuno, 1979.

⁵ Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, op. Cit., Parte I, capítulo IV, pp. 67-83.

Começaremos este trabalho relembando os aspectos principais da teoria econômica do imperialismo tal como aparece em Hilferding, principalmente. Em seguida, faremos um resumo da teoria do imperialismo de Schumpeter e mostraremos como essa análise foi retomada de modo criativo por Arno Mayer e possui afinidades com a sociologia refinada de Norbert Elias. Finalmente, faremos algumas observações críticas à análise de Schumpeter sobre o imperialismo britânico à luz do conceito de imperialismo de livre-comércio.

I. A teoria econômica do imperialismo.

Na segunda metade do século XIX, a maioria dos países europeus - com destaque para Bélgica, França e Alemanha – seguiu os passos da Inglaterra e completou seu processo de industrialização. Uma vez concluído o processo, encerrou-se a fase caracterizada pelas relações econômicas complementares entre os países centrais e iniciou-se uma fase de alta competitividade, por mercados e territórios do resto do mundo. As principais inovações tecnológicas do final do século XIX e começos do XX aumentaram o potencial competitivo das novas nações industrializadas e diminuíram substantivamente as vantagens da Grã-Bretanha como pioneira da Revolução Industrial, à medida que os novos produtos e as novas fontes de energia que caracterizaram a chamada Segunda Revolução Industrial começaram a dominar a atividade industrial. O novo industrialismo, marcado pela produção de aço em larga escala e a utilização da energia elétrica e do petróleo como fontes de energia, pelo desenvolvimento da indústria química e pelo motor de combustão interna, espalhou-se pela Europa, Estados Unidos e Japão, colocando todos esses países em condições de competir com a Inglaterra e, eventualmente, superá-la. A Segunda Revolução Industrial também se diferenciou da Primeira quanto ao papel desempenhado pelas políticas tarifárias protecionistas e pela formação de grandes conglomerados. Ambas jogaram um papel decisivo no fortalecimento econômico dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão.

Para operar com eficiência, as novas indústrias requeriam pesados investimentos de capital e unidades de produção de larga escala. Em consonância com estas necessidades e para financiar tais atividades desenvolveram-se os mercados de capitais e o sistema bancário. Aumentou, assim, a escala geográfica das operações, e generalizaram-se os empréstimos e os grandes negócios nos quatro cantos do planeta. O novo industrialismo gerou também grande necessidade de matérias primas e de alimentos para suprir as indústrias e o mercado criado em função da intensificação do processo de urbanização. A melhoria nos transportes e, em particular, na técnica da construção de navios, dinamizou o comércio mundial. Este intenso processo de crescimento dos países centrais teve como contrapartida a intensificação da divisão

social do trabalho em nível internacional e a transformação cada vez mais acentuada do resto do mundo em fornecedor de produtos primários. Em consonância com estas mudanças, no plano da política internacional, o final do século XIX foi marcado pela corrida para a anexação de novos territórios na periferia dos centros industrializados, processo profusamente registrado nos discursos proferidos pelos políticos coevos, defendendo a missão ‘civilizadora’ das potências industrializadas. Esta corrida por novos territórios acentuou a rivalidade entre as grandes potências, em parte devido à própria política expansionista e, em parte, devido à competição econômica que a generalização da industrialização ocasionou. Por sua vez, esta competição desenfreada desencadeou uma corrida armamentista que alimentava o processo de crescimento industrial (uma saída para a depressão que se seguiu à crise de 1873) e a ‘necessidade’ de novas guerras ‘coloniais’.

A interpretação dessa nova fase da história do capitalismo deve muito aos teóricos que, no começo do século XX analisaram as mudanças que já eram visíveis⁶. John Hobson (1902) foi o primeiro a explorar a relação entre exportação de capitais e a prática da cartelização e seus efeitos sobre o mercado interno: preços elevados e baixos salários levando ao sub-consumo e à necessidade de buscar novas áreas de investimento.⁷ Entretanto, sem dúvida, foram os pensadores marxistas atuantes nos partidos social-democratas, principalmente da Alemanha e da Áustria que fizeram o maior esforço de compreensão das novas características da economia européia, produzindo um conjunto respeitável de obras, nem todas concordes, mas que permaneceram como um marco da teoria econômica e que lançaram as bases da interpretação da história econômica do período. Rudolph Hilferding, Otto Bauer, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Eduard Bernstein, entre outros, e mais os marxistas russos como Lênin e Bukarin, deixaram contribuições, periodicamente revisitadas, sobre o período em questão.

Inspirados n’ *O Capital* de Marx, essa escola de pensamento levou às últimas conseqüências a lei da tendência à queda da taxa de lucro elaborada por Marx e relacionou seus efeitos aos acontecimentos políticos e econômicos do período que passou a ser designado de imperialista. Schumpeter tomou conhecimento das idéias marxistas através dos trabalhos de Rudolph Hilferding (1910) e Otto Bauer (1907).

O principal aporte teórico de Bauer não se situa estritamente no campo da teoria do imperialismo, mas no âmbito do problema das nacionalidades, tema que até então havia sido tratado marginalmente pelos marxistas, com exceção de alguns textos do próprio Marx e das

⁶ Um resumo das contribuições da teoria econômica do imperialismo encontra-se em “O imperialismo na época da globalização”. In Lúcia Osório Silva et alii, *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo, Fapesp/Xamã/Cemarx, 2003, p. 341-360.

⁷ John Hobson. A. *Estudio del Imperialismo* (1902). Madrid, s.e., 1981.

obras de Karl Kautsky. A obra principal de Bauer constitui uma defesa da autonomia cultural-nacional das nações oprimidas⁸. Sua posição acerca do problema das nacionalidades deu origem a uma dura polêmica com Kautsky e com Rosa Luxemburgo e com os internacionalistas em geral. A questão central era a situação de desigualdade no interior dos estados multi-nacionais. Bauer reflete sobre a situação de opressão experimentada pelas diversas nacionalidades que integravam o império austro-húngaro. Foi o primeiro a destacar a dependência e o intercâmbio desigual a que estão sujeitas as nacionalidades oprimidas, mesmo dentro de um mercado interno que, nesses casos, não pode assegurar a nivelção da taxa média de juros e a livre mobilidade dos capitais e da força de trabalho.

A contribuição de Hilferding teve um alcance maior para o estudo da economia da virada do século⁹. Sua análise centra-se na formação dos monopólios e dos cartéis e no protecionismo de novo tipo destinado a restringir ou a eliminar a concorrência. Na era dos monopólios eram os ramos industriais mais poderosos que defendiam as tarifas protecionistas, apesar de poderem exportar e competir no mercado externo. As tarifas protecionistas para os produtos industriais foram um dos meios mais eficazes de fomento dos cartéis porque evitavam a competição estrangeira, mantendo a elevação de preços no mercado interno. Nos primórdios do capitalismo as tarifas protecionistas tiveram o objetivo de proteger as indústrias nascentes da competição com a indústria estrangeira, mas com a generalização da industrialização e o acirramento da competição na época da Segunda Revolução Industrial as tarifas passaram a ser objeto da política dos cartéis para manter elevados os preços internos. O aumento dos preços no interior tendia a diminuir a demanda de mercadorias (fenômeno apelidado por Hobson de sub-consumo) com efeitos negativos sobre a escala da produção. Esse fato podia ser compensado de duas maneiras: pela ampliação do poder do cartel mediante a destruição das empresas mais débeis, ou pela exportação, inclusive a preços inferiores aos do mercado mundial. “A alta dos preços no mercado interno (...) tende a diminuir a venda dos produtos cartelizados e entra em contradição com a tendência de reduzir os custos de produção mediante a expansão da escala de produção”.¹⁰ Vale notar que Hilferding foi também o primeiro a chamar a atenção para a conjunção da política protecionista dos cartéis com o protecionismo do setor agrário, que preservou até certo ponto o campesinato alemão da competição dos produtos agrícolas estrangeiros mais baratos, retardando assim as mudanças capitalistas no campo.

Ao mesmo tempo, uma nova espécie de expansionismo emergiu da exportação de capital, e ampliou a região econômica e a escala de produção, desenvolvendo a produção em áreas onde

⁸ Bauer, op. Cit.

⁹ Hilferding, op. Cit.

o trabalho era muito barato, ajudando a manter a taxa de lucro elevada¹¹. Tal expansão implicou no apoio e na intervenção do Estado, para a aquisição e a manutenção do controle sobre as novas áreas econômicas (frequentemente através conquista colonial) e levou, eventualmente, a políticas expansionistas nacionais e a uma intensificação do conflito entre os maiores Estados capitalistas. Essas alterações no perfil das relações internacionais mudaram a natureza do nacionalismo. De uma doutrina de independência nacional, de autonomia cultural e de auto-determinação converteu-se em uma idéia de dominação do mundo, uma ideologia imperialista.

A outra grande contribuição de Hilferding foi a elaboração do conceito de *capital financeiro*. A expansão da industrialização multiplicou as sociedades por ações e generalizou a intervenção dos bancos na indústria acarretando uma modificação estrutural no capitalismo: a passagem do domínio do capital do investidor privado para os bancos de investimentos dando origem ao capital financeiro¹².

Em geral a exportação de capitais se dirigia não aos países livres e soberanos, mas ocorria dentro de um marco político concreto: o imperialismo colonial. Para Hilferding a política colonial se expressava sob os seguintes aspectos: utilização da força do Estado na expropriação violenta que criava o necessário “proletariado livre”; expropriação da terra em poder das populações nativas, retirando-lhes seu meio tradicional de vida; utilização de métodos de trabalho forçado; quando a densidade populacional era inferior à necessária para a valorização do capital lançava-se mão da imigração forçada ou voluntária (*coolies*, etc.). O militarismo, o nacionalismo e o racismo branco impregnavam a ideologia do imperialismo.

Quando no comércio exterior passou a ser mais importante a exportação de capitais do que a exportação de mercadorias tornou-se fundamental o controle político e militar dos territórios coloniais; daí a exigência do capital imperialista de constituir Estados fortes nas metrópoles, e a mudança na atitude das classes dominantes em relação ao Estado: se na época de ascensão da burguesia a intervenção estatal era vista como um estorvo aos negócios, na época dos cartéis a utilização sem escrúpulos do poder estatal era a regra¹³.

Embora marxista, Hilferding, diferentemente de Marx, considerava que o colapso do sistema capitalista seria sócio-político e não econômico, tese que Schumpeter acreditava representar um avanço sobre aquela que via a desaparecimento do sistema em função da sua própria lógica interna. Mas apesar de encampar a descrição das novas características da economia elaborada por Hilferding, sobretudo sua análise sobre o novo protecionismo, Schumpeter, fiel à

¹⁰Hilferding, op. cit., p.290.

¹¹ Idem, ibidem, p.297.

¹² Idem, ibidem, p.219.

¹³ Idem, ibidem, p.312.

concepção do capitalismo como sistema de inovação e concorrência, considerava inaceitável a tese de que a política econômica praticada no interesse dos monopólios derivava das leis imanentes da evolução capitalista ou que esta fosse sua etapa final.

II. O caráter atávico do Imperialismo.

Para conhecermos as idéias de Schumpeter sobre o imperialismo precisamos recorrer ao artigo de 1919. As considerações que tece nesse trabalho contrastam com o que encontramos em *Capitalismo, socialismo e democracia*. Nesta obra não há referência às formulações de Hilferding e a teoria do imperialismo aparece como uma aplicação direta da tese marxista da baixa tendencial da taxa de lucro: “Na medida em que a expansão colonial é induzida por uma queda na taxa de lucro dos países capitalistas, ela deve ocorrer nos estágios finais da evolução capitalista – os marxistas, na verdade, falam do imperialismo como um estágio, preferivelmente o último do capitalismo. Dessa forma, ele deve coincidir com alto grau de concentração do controle capitalista sobre a indústria e com um declínio do tipo de concorrência que caracterizava os tempos das pequenas e médias empresas. *O próprio Marx não deu muito destaque à resultante tendência às restrições monopolísticas da produção e às conseqüentes tendências no sentido de proteger a reserva de caça doméstica contra a intrusão de invasores de outros países capitalistas*. Acho que ele era um economista competente demais para confiar nessa linha de argumentação. Mas os neomarxistas ficaram muito satisfeitos em poder utilizá-la. E temos assim não apenas outro estímulo à política imperialista e outra fonte de imbróglis imperialistas, mas também, como subproduto, uma teoria de *um fenômeno que, em si mesmo, não é necessariamente imperialismo – o protecionismo moderno*”.¹⁴ Nessa obra publicada em 1942, Schumpeter desqualifica de modo sumário a teoria marxista do imperialismo porque não encontra em Marx o mesmo destaque para os efeitos dos monopólios e do protecionismo moderno. Abandonando a postura do artigo de 1919, no qual suas críticas são coerentes com seu modo particular de conceber o capitalismo¹⁵, parece-nos que sua nova argumentação perde substância, uma vez que as características do capitalismo analisado por Hilferding em 1910 ainda não podiam estar perceptíveis na época de Marx, que morreu em 1883.

¹⁴ Schumpeter, *Capitalismo,...* op. cit., p.73-74. Grifos nossos.

¹⁵ Sweezy, em introdução à edição brasileira, diz, com todas as letras, que Schumpeter mudou de posição no que se refere ao conceito de imperialismo: “O caso do imperialismo, porém, é diferente. Há aqui indícios claros de que Schumpeter mudou de opinião, embora seja impossível precisar até que ponto (...) Na verdade, a teoria do imperialismo contida no ensaio de 1919 é bem menos monolítica do que presumiram os seus críticos. Um leitor cuidadoso poderá encontrar facilmente várias teorias do imperialismo (...) e creio que Schumpeter poderia ter acrescentado outra teoria sem repudiar grande parte do que havia escrito”. (Paul Sweezy. « Introdução » à Joseph Schumpeter. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961. pp. 14-16. Grifos nossos.)

Mas de todo modo, a discordância maior de Schumpeter com os marxistas situava-se na questão da nova fase do capitalismo que teria sido inaugurada no último quartel do século XIX: para Schumpeter, o imperialismo do período não mudara a natureza do capitalismo e nem era motivado por razões diversas daquelas presentes na época das monarquias absolutistas. Em outras palavras, nem o imperialismo das primeiras décadas do século XX, nem o da Época Moderna foram ditados por razões econômicas.

Para Schumpeter era ponto pacífico que havia uma contradição irreduzível entre capitalismo e imperialismo porque a dinâmica do sistema capitalista baseava-se na livre concorrência e nos princípios democráticos totalmente avessos à guerra. O capitalismo representou a vitória da racionalidade sobre a irracionalidade; seria um contra-senso que preconizasse a guerra. O imperialismo não seria, portanto, uma etapa do capitalismo, mas um fenômeno encontrado em todos os momentos históricos, independentemente da organização econômica vigente já que era “*a disposição, sem objetivo, da parte de um Estado de expandir-se ilimitadamente pela força*”.¹⁶

No entanto, o imperialismo, assim como não é fruto de condições puramente objetivas, também não é um fenômeno puramente ideológico, como uma leitura desatenta poderia concluir. Além da dimensão histórica, o imperialismo existiria também como forma de dominação e persistiria na medida em que pudesse se adaptar a diferentes estruturas sociais de diferentes contextos históricos, “teoria de forma alguma esgotada pelas meras referências à ‘necessidade’ ou ao ‘instinto’(...) A explicação está, ao invés disso, nas necessidades vitais de situações que levaram povos e classes a serem guerreiros – para evitar sua extinção – e no fato de que disposições psicológicas e estruturas sociais formadas, em situações semelhantes, num passado remoto, quando firmemente estabelecidas tendem a se manter e a continuar em efeito muito depois de terem perdido seu sentido de preservadoras da vida (...). O imperialismo tem, portanto, um caráter atávico. Enquadra-se num grande grupo de características que sobrevivem de eras remotas, e que desempenham um papel importante em toda situação social concreta”.¹⁷ É por esse motivo que, para Schumpeter, o imperialismo pode existir no interior do capitalismo e até mesmo ser confundido com este.

É exatamente com a intenção de compreender o imperialismo do século XIX, distanciando-o um pouco de uma dimensão agressiva mais geral, que Schumpeter o remete às suas raízes, que, segundo ele, remontam ao século XVIII, no contexto de consolidação das monarquias absolutas.

¹⁶ Schumpeter, *Imperialismo e classes sociais*, op. Cit., p. 26.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 86.

III. Raízes do imperialismo do século XIX.

Na medida em que o Estado absolutista vai se consolidando, a belicosidade, antes difundida no interior da sociedade passa a ser direcionada para o exterior, respeitando o pressuposto de que é o Estado soberano que detém o monopólio da força, mas também o fato de que a nobreza ainda é a classe dominante: “Para evitar a guerra civil, eram necessárias guerras externas”.¹⁸

Se o imperialismo é o resultado da necessidade da manutenção da estrutura social como um todo¹⁹, o colonialismo, ao contrário, seria fruto de empreendimentos individuais isolados. Schumpeter via um exagero considerável em atribuir ao mercantilismo a responsabilidade pelas empresas militares da época, como as expedições coloniais, por exemplo, porque os lucros auferidos pela burguesia jamais seriam motivos suficientes para mobilizar tais conquistas. O comércio era incipiente, assim como a mentalidade que o animava, porque ainda não havia uma industrialização consolidada: “a indústria era antes serva do Estado do que sua mentora”²⁰. Ao contrário de Hecksher, que afirma que o “Estado é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do mercantilismo”²¹. Schumpeter não vê a menor correlação entre acumulação de metal e de territórios e acumulação de poder. O fenômeno da formação do Estado absolutista é um fenômeno resultante de forças internas que se chocam entre si e têm um vetor externo que é a projeção da violência em razão da necessidade da nobreza em extravasar sua agressividade, mas não é um fenômeno alimentado nem pelo desejo de fazer colônias, nem pelo ouro: “Na verdade, o rei demonstrava indiferença pelos empreendimentos comerciais e coloniais, parecendo preferir pequenas ações militares, destituídas de proveito, ali mesmo na Europa, desde que parecessem fáceis e promettessem sucesso. (...) É tempo que se reduzam as suas verdadeiras proporções a participação que o mercantilismo teve nas empresas da época”.²² Schumpeter via o Estado monárquico como resultado da extração de poderes - militar, jurídico, fiscal - da classe nobre, e

¹⁸ Idem, ibidem, p. 80.

¹⁹ O imperialismo de que se reveste o Estado autocrático é uma reinvenção da nobreza, que continua a ser a classe dominante e mantém o seu *ethos* através do Estado: “a beligerância e a política guerreira do Estado autocrático explicam-se pelas necessidades de sua estrutura social, das disposições herdadas pela classe dominante e não pelas vantagens imediatas obtidas com a conquista”. (Idem, ibidem, p. 80)

²⁰ Idem, ibidem, p. 82.

²¹ Eli F. Hecksher. *La época mercantilista: historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*. Version espanola de Wenceslao Roces. Mexico, Fondo de cultura economica, 1943.

²² Idem, ibidem, p. 81. O que o autor está tentando fazer, mas que fica um pouco confuso, é desvincular o colonialismo de qualquer motivo econômico e restringir o imperialismo da época moderna mais ao impulso do que à conquista; mais à estrutura social como um todo, do que a motivos individuais isolados. Se o imperialismo da época moderna ficasse estritamente associado a colonialismo, sua argumentação de porque o imperialismo permaneceria no interior do capitalismo, não se sustentaria. O motivo de sua permanência não são as colônias, mas uma certa belicosidade que sobrevive no interior de uma classe e se espalha para toda a sociedade.